



CONGRESSO NACIONAL

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 684/14

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO N.º 4, DE 2014 – CN, PARA INVESTIGAR IRREGULARIDADES ENVOLVENDO A EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRÁS), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2014 E RELACIONADAS À COMPRA DA REFINARIA DE PASADENA, NO TEXAS (EUA); AO LANÇAMENTO DE PLATAFORMAS INACABADAS; AO PAGAMENTO DE PROPINA A FUNCIONÁRIO DA ESTATAL; E AO SUPERFATURAMENTO NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS.

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. Meire Bonfim da Silva Poza, contadora do doleiro Alberto Youssef, para prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO da Sra. Meire Bonfim da Silva Poza, contadora do doleiro Alberto Youssef, para prestar depoimento.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e
Parlamentares de Inquérito
Recebido em 11/8/14

As 10h30 horas

Rogério Faleiro Machado
Analista Legislativo
Mat. 256101



CONGRESSO NACIONAL

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista o envolvimento da contadora Meire Bonfim da Silva Poza como participante do núcleo da quadrilha do doleiro Alberto Youssef, pego na Operação Lava Jato, da Polícia Federal e levando-se em conta os relatos da referida profissional publicados na última edição da revista Veja, de 13 de agosto de 2014, destaque-se:

Meire Poza prestou depoimentos à Polícia Federal ajudando os investigadores do caso em tela a entender o significado e a finalidade de documentos apreendidos com o doleiro e seus parceiros.

Segundo a publicação semanal em comento, as informações fornecidas por Meire comprovam o que a Polícia Federal já desconfiava: Youssef era um financista clandestino, usava sua estrutura para recolher e distribuir dinheiro e apagar os rastros. Entre seus clientes, estão algumas das maiores empreiteiras do Brasil, parlamentares e três partidos políticos.

Em entrevista exclusiva à "Veja", Meire revelou que políticos do "PT, PMDB e PP" estão envolvidos com os negócios clandestinos de Youssef. "Havia um fluxo constante de entrada e retirada de dinheiro em pelo menos três empreiteiras", disse a contadora à revista.

De acordo com a reportagem, pelo menos cinco parlamentares recebiam pagamento em dinheiro vivo, diretamente das mãos do doleiro ou por meio de depósitos bancários feitos por Meire. Os deputados André Vargas (sem partido-PR) e Luiz Argôlo (SDD-BA), que respondem a processo no Conselho de Ética da Câmara, estão entre eles.

A contadora informou que André Vargas ajudou Alberto Youssef "a lavar 2,4 milhões". Como pagamento, Meire ganhou uma viagem de jatinho. Ainda, que ela mesma efetuou o pagamento.

Segundo a "Veja", Argôlo era sócio do doleiro em negócios na área de construção. Sobre ele, Meire declarou à revista: "O Luiz Argôlo era cliente e ao mesmo tempo sócio de Beto. Eles tinham parcerias em obras e negócios. Eu fiz muitos pagamentos para o Argôlo. Ele vivia no escritório".



CONGRESSO NACIONAL

Meire confirmou para a revista que o doleiro fez um depósito de R\$ 50.000 na conta do senador Fernando Collor (PTB-AL). "O Beto (Alberto Youssef) fez os depósitos para o ex-presidente Collor a pedido de Pedro Paulo Leoni Ramos (ex-auxiliar do senador, também envolvido com o doleiro). Ele guardava isso como um troféu".

A entrevistada relatou que o ex-ministro e conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia, Mário Negromonte, também foi cliente do esquema: "Era um daqueles para quem eu fazia pagamento lá no escritório. O irmão dele, o Adarico, trabalhava diretamente com a gente transportando as malas, levando e buscando dinheiro nas construtoras".

De conformidade com o exposto por Meire à revista, o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) contou com a ajuda de Youssef para quitar dívidas de campanha. Revelou Meire: "Um assessor de Vaccarezza me procurou em 2011 para apresentar um negócio com fundos de pensão no Tocantins".

Meire disse na reportagem que tem uma relação de números de contas bancárias de parentes e assessores de políticos que receberam dinheiro do doleiro, dizendo que a identificação dos políticos corruptos está apenas no início.

De acordo com a contadora, um dos negócios mais ousados de Youssef tinha como alvo prefeituras comandadas pelo PT. O doleiro oferecia 10% de propina a cada prefeito que aceitasse investir num fundo criado por ele. "A comissão era levada em malas de dinheiro no avião dele".

Conforme consta na matéria veiculada pela revista, era do PP que Youssef tirava a maior parte de seu lucro, vindos principalmente de transações que envolviam a Petrobras. Na entrevista, Meire contou que foi chamada à sala de Youssef e ele lhe disse: "Entraram R\$ 5 milhões no partido. A gente precisa tirar R\$ 4,5 milhões de lá de dentro. Eu preciso que você emita três notas de R\$ 1 milhão e meio".

Meire disse à revista "Veja" que as empreiteiras prestadoras de serviço a Petrobras eram protagonistas dos negócios. Sobre o dinheiro vindo da empreiteira OAS, a contadora explicou que parte era para caixa dois político.

Foi relatado pela contadora que a construtora Camargo Corrêa é cliente do doleiro Youssef. Segundo Meire, "a Camargo era um esquema exclusivo de comissões de negócios acertados dentro da Petrobras com o Paulo Roberto da Costa (ex-diretor da estatal, também preso pela Operação



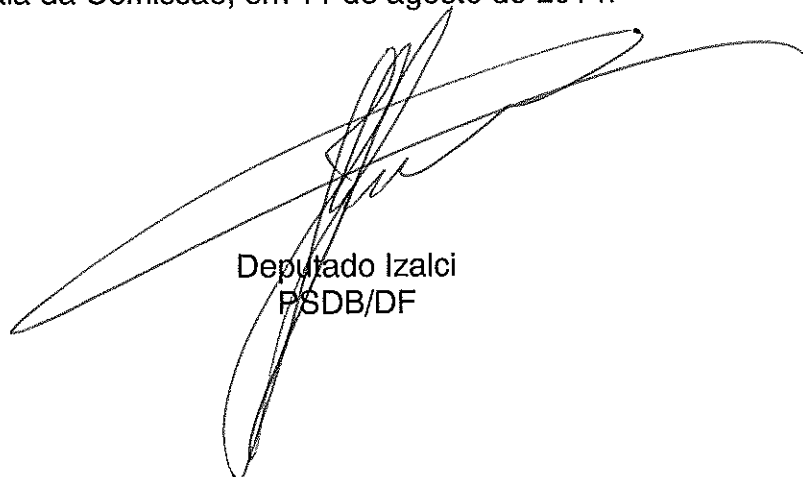
CONGRESSO NACIONAL

Lava Jato). O dinheiro que entrava nesse esquema de pedágio era uma coisa que não dava para controlar. Eram malas e malas de dinheiro".

Meire contou à "Veja" que só percebeu a natureza ilegal dos negócios de Youssef quando recebeu ordens do doleiro para fazer um contrato pelo qual a empreiteira Mendes Júnior pagaria R\$ 2,6 milhões à GFD Investimentos (de propriedade de Youssef), a título de consultoria sobre a viabilidade de plataformas de petróleo. De acordo com Meire: "Era só simulação para receber dinheiro. A GFD só tinha que fornecer os contratos".

Assim sendo, em virtude da gravidade do teor da entrevista, abordando assunto de interesse restrito desta CPMI-PETRO, requiero a CONVOCAÇÃO da **Sra. Meire Bonfim da Silva Poza**, contadora do doleiro Alberto Youssef, para prestar esclarecimentos a esta comissão sobre os fatos em questão e correlatos.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 2014.



Deputado Izalci
PSDB/DF